

Agreie em Letras e as manifestações no Secundário são vistas, pelos estudantes, como manobras do PC contra o Governo. Associações de Estudantes federaram-se para negociar com o ministro e Letras não chegou para «atear fogo» a ninguém.

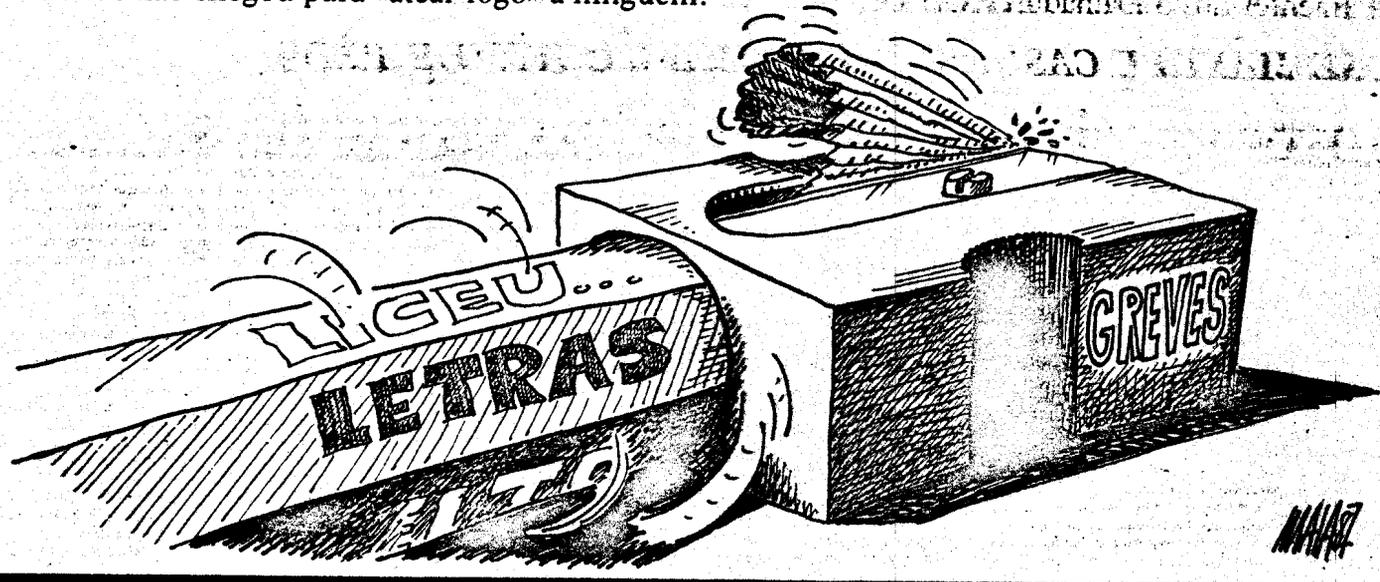


Table with 31 rows and 1 column, listing page numbers from 1 to 31.

AGITAÇÃO JUVENIL PARECE AFASTADA

Estudantes põem-se entre o PC e o ministro

A semana estudantil foi marcada pela greve na Faculdade de Letras e pelas movimentações de estudantes do Ensino Secundário. Duas coisas diferentes? Na opinião de alguns dirigentes estudantis com quem falámos as duas situações estão ligadas e não passam de duas frentes de uma só estratégia: o PC contra o Governo. A somar às reivindicações sindicais o PC estaria a lançar mão das poucas Associações de Estudantes que ainda controla para «atear o fogo» nos liceus e universidades, provocando um clima de contestação geral.

Em Letras «o cavalo de batalha» tem sido a reestruturação dos cursos. No início de Fevereiro o ministro da Educação reuniu com a «coordenadora de luta» (representante dos estudantes), com os Conselhos Científicos e os reitores, para debaterem a questão. A proposta das Faculdades era uma reestruturação progressiva dos cursos, a começar no ano lectivo de 87/88 com os alunos do 1.º ano e a implementar daí para a frente. João de Deus Pinheiro não gostou da ideia. Os actuais alunos dos cursos de Letras ficariam em desvantagem em relação aos que viessem depois e fossem abrangidos pela reestruturação. Mas a última palavra nesta matéria cabe as próprias Faculdades, era necessário que reitores, Conselhos Científicos e alunos chegassem a acordo.

Dias depois os estudantes de Letras exigiram que o ministro voltasse a repetir o que tinha dito na reunião do princípio do mês. Pedem nova audiência.

João de Deus Pinheiro recu-

sa a receber os estudantes e justifica-se: «Cabe ao MEC, no espírito de diálogo construtivo repetidamente enunciado e posto em prática e no respeito pela autonomia universitária, aguardar o desenvolvimento dos trabalhos que vêm sendo levados a cabo na sede própria — a Universidade — e proceder posteriormente à análise das propostas concretas formuladas e ao seu devido encaminhamento.» O ministro termina convidando as partes a prosseguirem o diálogo de modo a encontrarem a melhor solução para o problema.

Letras: o «rastilho» que não pegou

Recusada a audiência a «coordenadora de luta» entendeu que o ministro devia dizer por escrito aquilo que já tinha dito na primeira reunião com eles. Devia escrever e assinar. Mas o ministro voltou a dizer que não... A reestruturação é da competência das Faculdades, façam-na que dinheiro não é problema. O MEC garante que não haverá estrangulamento financeiro. Mas os estudantes de Letras não gostaram destas recusas consecutivas e estiveram em greve três dias, esta semana.

Ao mesmo tempo, a Faculdade de Letras de Lisboa elegia a nova Associação de Estudantes, processo complicado com impugnação de acto eleitoral pelo meio e atitudes «pouco ortodoxas» para quem vive em democracia. Na opinião do presidente da Juventude Centrasta, o último acto eleitoral em Letras recordava-se os idos de 75. «Porque queria impugnar as eleições o

PC abordava os estudantes à entrada da Faculdade e perguntava em que lista tinham votado. Pediam às pessoas que tinham votado neles que assinassem uma folha. Queriam provar que tinham tido mais votos do que aqueles que os resultados finais tinham dado», conta Manuel Monteiro que adianta estar a haver, naquela Faculdade, ameaças físicas a estudantes afectos à Juventude Centrasta.

Se as intenções da greve na Faculdade de Letras eram servir de rastilhos para o resto do ensino superior, tudo leva a crer que o sucesso não foi grande...

Se em alguma coisa não estamos com a Europa, é com certeza nesta onda de contestação estudantil. É verdade que em Portugal as condições são diferentes. Primeiro, não houve nenhum «pacote legislativo» do Governo em matéria de ensino. As questões que agora se levantam são velhas de doze anos (no mínimo!). Depois, o movimento associativo tem raízes fundas e a nível do Ensino Superior é anterior ao 25 de Abril. Faz parte da nossa tradição estudantil chegar quem nos represente e preferir o diálogo à greve. Por isso, comissões de greve e coordenadoras de luta parecem, entre nós, condenadas ao fracasso.

Secundário: Federação contra a manif.

No Secundário as movimentações são mais complexas. Mais novos, os estudantes são potencialmente mais influenciáveis. Basta que a meio de uma manifestação haja alguém que atire uma pedra à polícia ou parta uma montra,

estimada a confusão, criou-se o último propício. Há logo pancadaria. Se a televisão lá estiver, tanto melhor. O País inteiro vê os bons pais de família indignarem-se. Toda a gente sabe! diferença é que uns querem e outros não...

«Pela primeira vez a direita antecipou-se à esquerda», diz-nos um dirigente associativo do Secundário. Para quarta-feira passada estava convocada uma manifestação de estudantes, ao que se sabia vinham de Almada, de Setúbal, de Loures, de Odivelas. Para apertar o cerco em Lisboa, para protestarem frente ao MEC. Mas no último fim-de-semana 45 das 55 Associações de Estudantes do Secundário, do distrito de Lisboa, decidiram federar-se e dois dias antes de manifestação eram recebidos pelo ministro e davam uma conferência de imprensa.

Na reunião com João de Deus Pinheiro os membros da federação levantaram cinco questões: a obrigatoriedade de aprovação em Português, a avaliação final à saída do Ensino Secundário, o difícil acesso à Universidade, a Ocupação de Tempos para Jovens na própria escola e a legalização das Associações de Estudantes do Secundário.

O primeiro e o último dos problemas estavam resolvidos.

Somos democráticos, tá a perceber?

O despacho que obriga à aprovação em Português para passar de ano, no seu n.º 2, estabelece que cabe ao Conselho Pedagógico de cada escola, ouvido o conselho de tur-

ma, decidir caso a caso a aplicação do n.º 1. Quanto à legalização das AE's o ministro não podia fazer nada. É da competência da Assembleia da República aprovar a lei que permita a legalização. Enquanto a Comissão Parlamentar de Juventude não chegar a acordo sobre a Lei das Associações de Menores de 18 anos, as AE's continuarão sem existência jurídica.

Quanto aos outros problemas, muito bem, poderíamos falar. E ficou combinado que a federação entregaria ao ministro, na próxima semana, a exposição detalhada e por escrito dos pontos que queria tratar.

Por isso, na quarta-feira esteve pouca gente no Rossio e quando chegaram à porta do MEC o aglomerado de jovens não foi suficiente para ter impacto. A palavra de ordem dos manifestantes «Aproveita o Carnaval para dizer o que está mal» responderam os auto-colantes «O meu Carnaval é outro», a enfeitarem as lapelas dos casacos de muitos liceais lisboetas.

«A manifestação foi um fracasso porque nós conseguimos, com a federação, resolver os problemas pelo diálogo. Ninguém sabe quem eles são ao certo, mas é claro que o PC está por trás. Usam o nome de algumas das nossas escolas, mas é só para espalhar a confusão porque nós estamos federados», comenta um dos responsáveis federativos. Adianta que estão a pensar seriamente legalizar a federação, «ali com escritura no notário e tudo» e que entre as Associações federadas há de tudo, os partidos desde o PS ao CDS. «Alguns de nós nem

somos afectos a partido nenhum, somos só democráticos, tá a perceber?».

Lição dos portugueses à Europa

E a verdade é que o movimento associativo português tem, ainda, uma forte componente partidária. E apesar de toda a gente se dizer preocupada, as AE's do Secundário parecem entregues a si mesmas. A JC mostrou-se desde início disponível mas não tem feito «grandes ondas». A JS tem estado quieta e calada. Quanto à JSD, que não perde oportunidade de se reclamar como a «maior organização política de juventude» e que «controla» a maioria das Associações de Estudantes, tem a Direcção Nacional muito mais preocupada em elaborar um projecto de revisão constitucional do que em ajudar muitos dos seus apoiantes que são membros das Associações de estudantes... Talvez o movimento associativo já não precise de «pai». Ao longo destes doze anos fortaleceu e ficou mais responsável. Aprendeu sozinho a negociar e sabe jogar rápido no terreno do PC. «Podemos conseguir do ministro aquilo que queremos sem greves nem manifestações. Estou convencido disso.»

Se calhar, a federação tem razão. Se calhar não é preciso que aconteça cá o mesmo que em Espanha ou em França. Talvez nisto tenhamos muito para ensinar à Europa. E a «rapaziada» do Secundário é mais crescida do que a gente pensa...

Maria João Vieira

Conflicto - estudantes